* **6o Encontro – Propriedade intelectual e Direitos Patrimoniais: Exclusividade. Prazo de proteção, domínio público e territorialidade. Aquisição por sucessão ou contrato.**
* **Referências obrigatórias**
* ASCENSÃO, J. O. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, pp. 292-315.352-358 (xerox)
* Arts. 30 a 45 e 112 da LDA.
* **Referências complementares**
* Jeremy Malcom. 2010 IP Watchlist, (2010).
* http://culturadigital.br/simposioacervosdigitais/2010/04/29/brasil-e-o-7º-pais-mais-restritivo-em-direitos-autorais/

**Parte I. Direitos patrimoniais como direitos de uso e usufruto econômico**

Garante-se a delimitação das condições de uso. Não Faculdades exclusivas X direitos de remuneração – exploração econômica. Intuito de lucro – diferente de uso privado

Capítulo III

Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração

Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

I - a reprodução parcial ou integral;

II - a edição;

III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;

IV - a tradução para qualquer idioma;

V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;

VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:

a) representação, recitação ou declamação;

b) execução musical;

c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;

d) radiodifusão sonora ou televisiva;

e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de freqüência coletiva;

f) sonorização ambiental;

g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;

h) emprego de satélites artificiais;

i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;

j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

**Publicação, Reprodução e Representação**

Obrigatoriedade de autorização

Delimitação de condições de uso

Gravação ou fixação; transcrição; tradução; extração de cópias; distribuição; representação ou execução ao vivo; execução indireta de cópia, por radiodifusão ou similar

Liberdade do autor decidir sobre forma de reprodução. Independência das formas de utilização. Licenciamento ou termo de autorização, ou cessão de direitos.

**Reprodução**

Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.

§ 1º O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.

§ 2º Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.

Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.

Art. 32. Quando uma obra feita em regime de co-autoria não for divisível, nenhum dos co-autores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º Havendo divergência, os co-autores decidirão por maioria.

§ 2º Ao co-autor dissidente é assegurado o direito de não contribuir para as despesas de publicação, renunciando a sua parte nos lucros, e o de vedar que se inscreva seu nome na obra.

§ 3º Cada co-autor pode, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 33. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Os comentários ou anotações poderão ser publicados separadamente.

Art. 34. As cartas missivas, cuja publicação está condicionada à permissão do autor, poderão ser juntadas como documento de prova em processos administrativos e judiciais.

Art. 35. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diários e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.

Parágrafo único. Caso o autor não perceba o seu direito de seqüência no ato da revenda, o vendedor é considerado depositário da quantia a ele devida, salvo se a operação for realizada por leiloeiro, quando será este o depositário.

Art. 39. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.

Art. 40. Tratando-se de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. O autor que se der a conhecer assumirá o exercício dos direitos patrimoniais, ressalvados os direitos adquiridos por terceiros.

Código Civil 2002 – sucessão – direitos patrimoniais e alguns morais - cônjuge e herdeiros naturais até o neto. Previsões após direitos da personalidade – arts. 26 a 39, CC.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>

Interpretação restritiva dos direitos autorais (pode ser garantido por meios não escritos? cessão se presume onerosa e sempre por escrito).

Como seria uma interpretação extensiva dos direitos autorais? Mais liberdade individual ao contratar? Autorizações implícitas de uso?

**Direito de execução pública. Representação X reprodução**

**Distinção entre direitos de reprodução e direitos de representação**.

**Reprodução**: reprodução em qualquer suporte, de obra intelectual;

**Representação**: interpretação ou execução de uma obra por quaisquer meios. Art. 29, X, lei 9.610/98. Mas não é tão simples assim.

Capítulo II

**Da Comunicação ao Público**

Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

§ 1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de freqüência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.

§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de freqüência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

§ 3º Consideram-se locais de freqüência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.

§ 4º Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.

§ 5º Quando a remuneração depender da freqüência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.

~~§ 6º O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e produtores.~~

§ 6º O usuário entregará à entidade responsável pela arrecadação dos direitos relativos à execução ou exibição pública, imediatamente após o ato de comunicação ao público, relação completa das obras e fonogramas utilizados, e a tornará pública e de livre acesso, juntamente com os valores pagos, em seu sítio eletrônico ou, em não havendo este, no local da comunicação e em sua sede. [(Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12853.htm#art2)

§ 7º As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.

§ 8º Para as empresas mencionadas no § 7º, o prazo para cumprimento do disposto no § 6o será até o décimo dia útil de cada mês, relativamente à relação completa das obras e fonogramas utilizados no mês anterior. [(Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12853.htm#art2)

Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.

Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.

Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.

Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.

Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.

Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em co-autoria, não poderá qualquer dos co-autores revogar a autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.

Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

**Distribuição** – art. 5o, IV, lei 9.610/98. Autorização do autor – estipulada em contrato – normalmente 10% sobre “preço de capa”

**Serviços de streaming como forma de comunicação ao público**. Disponibilização em streaming como disponibilização permanente em “praça pública”. Decisão do STJ sobre cobrança do ECAD às empresas de streaming.

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1518691&num_registro=201302654647&data=20170215&formato=PDF>

Vale o mesmo para streaming de vídeos?

Matéria sobre o caso:<https://www.conjur.com.br/2017-nov-12/stj-divulga-teses-direito-autoral-streaming-tvs-hoteis>

**Sobre políticas de combate à pirataria**

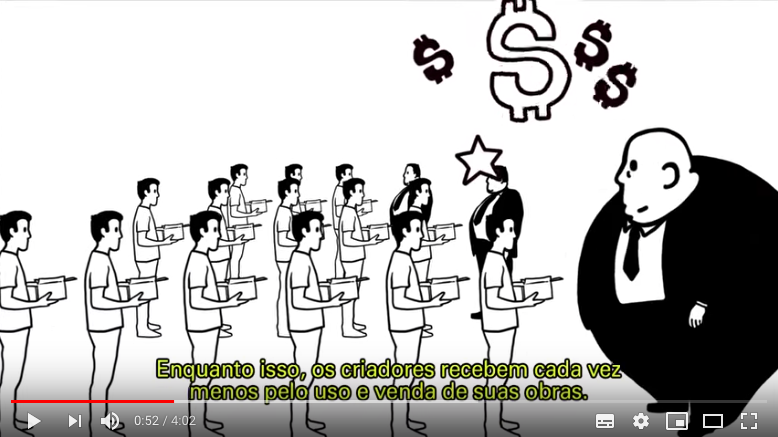
Jeremy Malcom. 2010 IP Watchlist, (2010).

http://culturadigital.br/simposioacervosdigitais/2010/04/29/brasil-e-o-7º-pais-mais-restritivo-em-direitos-autorais/

Quanto maior é a privatização e a perspectiva privatista e exclusivista da propriedade intelectual, maior a prática de pirataria.

Sobre direitos autorais na internet – Trecho Filme Freenet - Acesso a conteúdos

<https://www.youtube.com/watch?time_continue=39&v=kSfLvQfJcrA>



Trailer documentário Freenet - <https://www.youtube.com/watch?v=ewNv0bRudss>

Documentário Completo

<https://www.youtube.com/watch?v=TSomRix04fQ>

**Parte II. Transferência, cessão e outras formas de autorização de uso de direitos autorais**

**Formas de transferência dos direitos patrimoniais** – artigos 49-52 da Lei 9.610/98.

Transferência é mais cessão, enquanto que licença é uma concessão

Transferência da titularidade é da propriedade – direitos materiais (como uma compra e venda)

Capítulo V

Da Transferência dos Direitos de Autor

Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por **meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:**

I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;

**II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;**

III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;

IV - a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;

**V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;**

VI - não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.

**Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.**

§ 1º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.

Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.

Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.

Licença, cessão, concessão – diferenças – concessão – envolvendo poder público, delegação de função – inutilizado para transferência de direitos.

Autorização – menos formalidades que os anteriores.

Cessão – somente escrita. Aquisição da titularidade derivada. Na edição – licença (não ocorre aquisição)

Total (limites das formas de reprodução existentes) ou parcial (limites de uso e temporalidade)

Edição – entre cessão e licença – exclusividade de reprodução e divulgação

Também há a autorização: mais simples, normalmente transferência não onerosa.

**Contrato de licença e contrato de cessão de direitos (ou outros meios admitidos em lei).**

Características. Mostrar normas nos exemplos de contratos

Cessão – Com transferência dos direitos patrimoniais - problemas?

https://drive.google.com/file/d/0B9QQ7Z63e40lY01ZTmViVVlld00/view?usp=sharing

Autorização de uso de imagem para fins jornalísticos - Sem transferência dos direitos patrimoniais

<https://drive.google.com/file/d/0B9QQ7Z63e40lMV9kZnpDeUJCdDQ/view?usp=sharing>

**Parte III. Domínio público**

Cessa direito de exclusividade de autorização de uso

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1° de janeiro do ano subseqüente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o *caput* deste artigo.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 112. Se uma obra, em conseqüência de ter expirado o prazo de proteção que lhe era anteriormente reconhecido pelo [§ 2º do art. 42 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5988.htm#art42%C2%A72), caiu no domínio público, não terá o prazo de proteção dos direitos patrimoniais ampliado por força do art. 41 desta Lei.

Art. 42. Quando a obra literária, artística ou científica realizada em co-autoria for indivisível, o prazo previsto no artigo anterior será contado da morte do último dos co-autores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos do co-autor que falecer sem sucessores.

Art. 43. Será de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1° de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no art. 41 e seu parágrafo único, sempre que o autor se der a conhecer antes do termo do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1° de janeiro do ano subseqüente ao de sua divulgação.

Art. 45. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I - as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II - as de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.

**Exercício final**

**Examinar natureza da obra, autoria e titularidade, relação de trabalho e formas de transferência dos seguintes contratos – cláusulas abusivas?**

novo modelo de licenciamento jornalista.

<http://www.jornalistasp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2219&Itemid>=

jornalista

<http://www.modelosfaceis.com.br/modelo-de-contrato-para-jornalista/>

cessão autores

<https://drive.google.com/file/d/0B9QQ7Z63e40lVk9nUTVaaDRpTDQ/view?usp=sharing>

Autor de obra musical

<https://drive.google.com/drive/folders/1pZtPH8dpVYtWIlx9IzSP2Dh71r5O6mYC>

Contrato de Software

<https://drive.google.com/open?id=1pHot6MBJ0slmbxv6xdfUzLiwMpvMZ9iv>

Contrato Banco de Imagens

<https://drive.google.com/drive/folders/1pZtPH8dpVYtWIlx9IzSP2Dh71r5O6mYC>